

5 - Principia comportamentalis

Kester Carrara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, K. *Principia comportamentalis*. In: *Uma ciência sobre “coisa” alguma: relações funcionais, comportamento e cultura* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 123-153. ISBN 978-85-7983-657-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

PRINCIPIA COMPORTAMENTALIS

Pelo que se examinou até aqui, a Análise do Comportamento constitui uma forma *sui generis* de abordar atividades humanas que implicam “trocas” com o ambiente. Grande parte de suas características – e, por conseguinte, de suas estratégias e procedimentos – foi elaborada, testada e consolidada ao longo de quase um século de desenvolvimentos teóricos e empíricos, a partir das primeiras publicações de B. F. Skinner, nos anos 1930.

Como é voz corrente entre psicólogos, a ideia de uma “abordagem” (*approach*) pretende significar uma “forma de aproximação” à explicação de fenômenos em determinada área de conhecimento. Pode-se considerar, nesse sentido, que a Análise do Comportamento constitui uma abordagem com características bastante particulares, sustentadas por um sistema teórico elaborado “naturalmente”, seja em decorrência de pesquisas básicas, seja como suporte para novas pesquisas empíricas que refinam o seu corpo de conhecimentos. Não se trata, portanto, nem de uma abordagem teoricamente preconcebida por Skinner, nem de uma abordagem que resultaria, sem teorização correspondente, de pesquisas espúrias conduzidas por comportamentalistas sem nenhum nexó teórico. Essa característica implica um processo dinâmico de desenvolvimento e consolidação de dois formatos de asserções: pressupostos e

princípios. Trata-se de uma nomenclatura arbitrária, mas os pressupostos convencionam-se como precondições assumidas pelos analistas do comportamento em relação aos princípios funcionais das relações entre comportamento e ambiente. Pressupostos, nesse sentido, pertencem ao campo da filosofia de ciência, neste caso representada pelo Behaviorismo Radical e admitida como condicionante ou contextualizante da forma de análise e da interpretação mesma dos achados relacionais obtidos em pesquisas empíricas no âmbito da Análise do Comportamento. Os princípios, por outro lado, pertencem ao campo dessa própria ciência, sendo derivados, e, não, antecedentes, dos achados empíricos.

Nessa direção, essa ciência apenas faz sentido num mundo concebido como tendo uma existência física – embora nosso interesse não seja propriamente substantivo em relação a esse mundo, mas relacional, no sentido de identificar e descrever, a partir das interações entre um organismo vivo e seu mundo, as relações entre comportamento, o contexto antecedente e as consequências que produz no ambiente. Faz sentido, do mesmo modo, que não se possa supor uma generalizada ausência causal ou qualquer “caos” causal, pensando que fenômenos ocorram ao acaso, ou seja, a um probabilismo “vazio” – em outras palavras, a alguma probabilidade que não seja devida a um arranjo de variáveis tal que tornaria menos ou mais provável a ocorrência de um fenômeno qualquer. Isto é, mesmo quando não se identificam de modo concreto, devido a dificuldades tecnológicas ou conceituais, as variáveis determinantes de um evento (“causas”), o entendimento sobre o “acaso” determinante desse evento é concebido, inclusive na hipótese de que não seja identificado empiricamente, a um conjunto de variáveis (“causas”) desconhecidas.

Recorrendo ao corriqueiro exemplo de lançamento de um dado, supondo que seja um dado “honesto” em sua estrutura “dura”, a probabilidade de qualquer uma das faces ocorrer em um lançamento é de um sexto. Se considerarmos um dado com um centímetro em cada lado, provavelmente não identificaremos, usando nossos sentidos naturais, uma série de variáveis associadas ao comportamento do lançador (nas suas eventuais relações com os resultados

alcançados) que, eventualmente, possam interferir efetivamente no resultado obtido – seja a força com que o dado é lançado, o direcionamento da jogada, a existência ou não de alterações na superfície em alguma parte do local de lançamento, seja a visualização, pelo lançador, de onde se encontra a face 6, por exemplo, antes do momento do lançamento. Admitindo, diferentemente, um dado com um metro em cada lado, nossas variáveis desconhecidas (as que acabam de ser mencionadas, por exemplo) se revelariam muito claras. Um lançador que “queira” ganhar um jogo obtendo a face 6 em um lançamento pode usar do artifício de poder visualizar, nesse dado, onde se encontra essa face e que “força” deve empregar no lançamento para que ela caia voltada para cima. Há sempre, portanto, variáveis que determinam os acontecimentos desse âmbito empírico assim concebido pelo modo científico admitido pela Análise do Comportamento.

Desse modo, não há algo como “comportamento espúrio”, “comportamento indeterminado” ou “comportamento complexo” tão complexo a ponto de que as variáveis que o determinam não possam, ainda que apenas em tese, ser concebidas como existentes. Trata-se, portanto, de um pressuposto ao mesmo tempo simples e com frequência mal compreendido na literatura: o determinismo pensado tão somente como a lógica segundo a qual todos os acontecimentos, fatos, eventos da natureza possuem alguma “causa”, no sentido de variáveis a eles associadas de tal modo que suas ocorrências reais se caracterizem por alguma probabilidade estimada das variáveis em jogo. Nessa perspectiva e nesse exemplo, o acaso seria nada menos, nada mais, do que um arranjo de “causas” desconhecidas previamente ao viabilizar-se o transcurso entre o lançamento do dado e a finalização da jogada. A identificação gradativa das características e funções de cada etapa, e do arranjo particular das variáveis aí contidas, é o desafio do fazer ciência.

Na análise de Abib (1997), Skinner enfatiza de modo diferente o determinismo no comportamento reflexo e no operante, ao menos nos seus primeiros escritos. Tal determinismo tenderia a absoluto no primeiro caso e, certamente, probabilístico no segundo. O

comportamento, portanto, é encarado por Skinner como ordenado, explicável, previsível e controlável, o que não significa, necessariamente, que sempre se esteja diante de uma situação explicada, prevista e controlada, frente às limitações tecnológicas ou à dificuldade de acesso comumente encontrada. A questão do determinismo vem sempre associada à do livre-arbítrio. Nessa polêmica, as posições são bastante conhecidas e, no mínimo, interessantes, como mostra Baum (1999):

Os críticos do determinismo argumentam que a crença no livre-arbítrio é necessária à preservação da democracia e moralidade em nossa sociedade. Os behavioristas argumentam que provavelmente o oposto é que é verdadeiro – uma abordagem comportamental de problemas sociais pode aperfeiçoar a democracia e favorecer o comportamento ético. Quanto à estética, os críticos do livre-arbítrio observam que ele é ilógico quando associado à noção de um Deus onipotente (como geralmente o é). Quer um ato seja atribuído a eventos naturais ou à vontade de Deus, ainda assim ele não pode, pela lógica, ser atribuído ao livre-arbítrio do indivíduo. Os defensores do livre-arbítrio retrucam que, dado que os cientistas nunca podem prever em detalhe as ações de um indivíduo, o livre-arbítrio permanece possível, ainda que seja um mistério. Os behavioristas respondem que é precisamente sua natureza misteriosa que o torna inaceitável, porque levanta o mesmo problema que outras ciências tiveram que superar: como uma causa não natural pode levar a eventos naturais? Os behavioristas dão a mesma resposta que as outras ciências deram: os eventos naturais provêm somente de outros eventos naturais. (p.34)

Como se pode observar, a harmonização entre princípios e pressupostos é um teste de funcionalidade do sistema. À medida que as replicações encontram dados que corroboram a coerência do vínculo entre uma ciência que se baseia na busca de relações funcionais e sua filosofia, que pauta pressupostos de uma realidade materialista–monista, de uma “organização” determinista–probabilista

e de uma base explicativa fundada nas relações funcionais entre comportamento, seu contexto antecedente e seu contexto consequente, acabam consolidados procedimentos de análise que asseguram instrumentalidade para descrever, controlar e, eventualmente, mudar as relações nesse cenário.

Ao adotar essas suposições iniciais, o Behaviorismo Radical mostra-se como alternativa que aceita, basicamente, a configuração epistemológica e metodológica das ciências naturais. Crê que o comportamento humano é mais um – embora possa ser o mais complexo – dos fenômenos típicos da natureza em geral e que é passível, ao menos potencialmente, de observação empírica que permita a elaboração de situações controladas de pesquisa que impliquem testes para avaliar os achados conduzidos prioritariamente de acordo com o modelo do delineamento de sujeito único. Adota a comparação de dados intrassujeito, cotejando os resultados obtidos para o mesmo participante da pesquisa sob condições de procedimento diferentes (combinações diversas do design de pesquisa mediante o uso de medidas prévias – linha de base – e intervenção). Adota, com prioridade, a replicação sistemática, e não a generalização de resultados de pesquisa, em função da utilização de amostragem “representativa” a partir de determinada população, como forma de teste de validade genérica dos achados e como garantia de preenchimento do critério de refutabilidade, nos moldes popperianos. Secundariza, em tese, a adoção da estratégia de comparação intersujeitos, mediante cotejamento de médias de grupos de participantes amostrados – há na literatura, no entanto, numerosos estudos em Análise do Comportamento que não fazem uso de delineamento de sujeito único, inclusive no *Journal of Applied Behavior Analysis* e outros periódicos importantes.

Argumenta-se, contra os estudos com grupos, que as medidas de tendência central não são capazes de representar fielmente o comportamento individual. Trata-se apenas de uma qualificação para a média do grupo, depois comparada com a média de outro grupo, mas não estariam aí representados concretamente os perfis de todos os componentes dele. Um exemplo metafórico do ponto

de vista temático, mas concreto do ponto de vista numérico: de uma classe de trinta alunos, dez alcançam nota 10 na avaliação geral, dez conseguem 5 e os dez restantes obtêm zero; a média dessas trinta notas é 5, de modo que, se tomássemos a classe como instância da qual aferíssemos os resultados de desempenho acadêmico, diríamos que ela estaria “aprovada”, já que sua média é 5; todavia, se observássemos o desempenho individual, encontraríamos interpretação diferente, já que há dez alunos excelentes (notas 10) e há alunos que, em tese, “nada sabem” sobre o conteúdo, já que obtiveram avaliação zero. Por esse prisma, “as médias são mentirosas” e, portanto, justifica-se plenamente evitar a comparação de médias dos grupos submetidos a diferentes tratamentos experimentais.

Aduz-se o argumento de que o indivíduo mais parecido com o indivíduo X é X. Com isso, as medidas antes e depois de algum procedimento são preferidas nos estudos em Análise do Comportamento, embora várias outras estratégias sejam possíveis. Skinner adotou essa estratégia também pelo fato de considerá-la “econômica”, no sentido herdado de Mach. Note-se, todavia, que o critério determinante para que uma pesquisa seja categorizada como de Análise do Comportamento não é propriamente o fato de ser utilizado um sujeito único ou grupos de sujeitos comparados. O fator determinante do pertencimento da pesquisa à Análise do Comportamento é a lógica analítica empregada. E a lógica central da pesquisa em Análise do Comportamento é a interpretação dos dados em termos de seleção pelas consequências, com a finalidade de estabelecimento de relações funcionais entre comportamento e ambiente.

Com essas precauções, evidentemente polêmicas, o Behaviorismo Radical constrói seu modo *sui generis* de fazer ciência, buscando aproximação com as ciências naturais. Encontra grandes barreiras quando passa a tratar, diferentemente do Behaviorismo Metodológico, da questão dos eventos privados. Assume-os como passíveis de estudo, embora o acesso direto a eles, na maioria das vezes, fique restrito à primeira pessoa (nesse aspecto, apenas a João é possível sentir a dor de dentes pela qual está passando). Daí com frequência dizer-se que Skinner restaura a introspecção, e tal asserção é con-

fundida como uma volta às condições instrumentais de coleta de dados anteriores a Watson.

Na verdade, o que Skinner faz não é restabelecer o “olhar para dentro de si mesmo” que resultava em retratar a personalidade, a mente, a consciência ou a cognição. O que ele propõe é que parte do que relatamos sobre o que estaria ocorrendo em termos de nossos comportamentos encobertos (e, em geral, eventos privados) pode ser (de modo probabilístico, uma vez mais) aferido mediante comparação com parâmetros derivados das práticas culturais observadas no cotidiano humano. Defende que não se pode confundir a dicotomia público–privado com outra, objetivo–subjetivo, uma vez que aquilo que ocorre sob a pele é tão físico, embora nem sempre possa assim parecer, quanto o que ocorre em termos de comportamento aberto. Não há diferença de natureza, há diferença quanto ao acesso. Evidentemente, existem muitos dados de pesquisa esclarecendo as diferenças entre dizer (o que se está sentindo ou tencionando fazer) e o próprio fazer, de modo que a restauração da introspecção anunciada por Skinner deve ser compreendida com relativização.

Não apenas por essas características de seu Behaviorismo, Skinner se vê às voltas com duras críticas, sobretudo pela sua aproximação ao modelo das ciências naturais, em particular aquelas vinculadas à pecha de reducionismo, supersimplificação de fenômenos e exacerbado controle de situações de pesquisa – artificialização dos cenários originais do comportamento, representada pela criação e pelo uso da câmara experimental conhecida popularmente como “caixa de Skinner”. Nesse particular, se por um lado Skinner justifica a criação desse equipamento por conta da maior possibilidade de controle de variáveis estranhas que poderiam mascarar resultados das variáveis independentes estudadas experimentalmente, por outro, a crítica verticaliza a posição segundo a qual nada resta ao animal para fazer nesse ambiente controlado, com pouco espaço e variabilidade de estímulos bastante limitada, senão pressionar a barra e acompanhar as consequências dessa ação.

Apesar das possíveis e pertinentes razões da crítica, parece certo que uma contribuição relevante resulta do esforço para ampliar a

precisão da análise e a confiabilidade na identificação e no controle das variáveis determinantes do comportamento. Evidentemente, desenvolver, no início de seu programa de pesquisas, inúmeros experimentos com outros animais, sobretudo pombos e ratos albinos, em momento algum implicou conceber igualdade, seja na escala filogenética, seja no cenário ontogênico, entre uma espécie e outra. Não se podem condicionar ratos ou homens, a não ser pombos, a voar. Do mesmo modo, não se pode estudar a economia comportamental em seres humanos, cujas ações são mediadas a maior parte do tempo pelo comportamento verbal, usando o mesmo instrumental empregado para um estudo com pássaros. O que Skinner alcança, especialmente no âmbito do operante, é demonstrar um único fio condutor da composição de repertórios de comportamento em todos os seres vivos: a seleção pelas consequências, sobejamente demonstrada em milhares de experimentos, em todas as espécies. Em outro trabalho, afirmamos (Carrara, 2003):

Skinner mantém uma espécie de evolucionismo ontológico, onde o Behaviorismo Radical concebe o ser humano como um organismo que se comporta e, ao se comportar, produz consequências, atua e muda o ambiente. As transformações que neste provoca também o modificam, dando ao homem uma possibilidade imensa de intervenção no seu destino e na busca dos objetivos que almeja. O controle pelas consequências pode ser identificado no cotidiano e encontra exemplificação diversificada na literatura: nos banhos públicos da velha Roma, onde por alguns cêntimos qualquer pessoa podia desfrutar dos prazeres dessa atividade comum, a procura era intensa; e eles pareciam mesmo reforçadores, uma vez que Cícero dizia que o som do gongo (*discus*), que diariamente anunciava a abertura dos banhos ao público, era “mais doce aos ouvidos que a voz dos filósofos na escola”. (p.55)

Algumas dimensões especiais vinculadas à epistemologia adotada pelo Behaviorismo Radical são responsáveis por uma caracterização complementar do núcleo filosófico-científico (seleção pelas

consequências) paradigmático e irrenunciável para o comportamentalismo. Preliminarmente, considera-se lícito compreender a ideia de epistemologia amparada por dois sentidos essenciais: em um, significa o estudo da origem do conhecimento em geral; no outro, o estudo dos princípios sobre os quais se fundam os critérios de verificação e de verdade e o valor dos sistemas científicos. Fala-se, portanto, numa epistemologia genética (como em Piaget) quando se buscam explicações para a maneira como se origina e se desenvolve, no ser humano, o ato de conhecer. Fala-se em epistemologia do conhecimento, epistemologia da Psicologia, epistemologia do Behaviorismo quando o interesse é a análise dos pressupostos a partir dos quais se valida (ou não) o conhecimento científico, seja no âmbito genérico, seja em áreas ou ciências específicas. Como já apontamos (Carrara, 2003):

Nesse sentido, a epistemologia propõe-se a responder a questões tais como: o que é conhecimento científico? Em que consiste, propriamente, o trabalho do cientista? O que faz o cientista quando faz ciência, senão interpretar, descrever, explicar, prever? O cientista faz conjecturas que espelham fielmente aspectos factuais da natureza? Quando o cientista explica, o que ele explica dos fatos: função, gênese, essência, fim? Qual é o *status* lógico das leis científicas? Em que sentido se fala em causalidade nas ciências empíricas? Sob quais critérios pode-se falar que uma teoria é melhor que outra? O que queremos dizer quando afirmamos que as ciências empíricas são objetivas? Certamente, as indagações são muito maiores que as respostas já consagradas e, mais ainda, parecem todas corolários de uma pergunta central sobre o que seja o próprio conhecimento científico. (p.49)

Essas indagações – e outros questionamentos delas decorrentes – começaram a produzir efeito a partir do final do século XVII, quando a exaltação cega das ciências foi gradativamente substituída por um ceticismo crescente e uma crítica aguda a modelos entre si discrepantes de busca do conhecimento científico. Em outras

palavras, a filosofia de ciência subjacente a cada enfoque teórico passou a ser objeto de avaliação crítica cada vez mais contundente, o que valeu não apenas para as ciências duras, mas, de resto, para as pré-paradigmáticas, como foi o caso da Psicologia. Como vimos, no que respeita à Física e às ciências experimentais em geral, a trajetória transcorre entre uma visão estática e mecanicista e outra dinâmica, probabilista e relativista das leis da natureza, o que por vezes se rotula de dicotomia newtoniana-machiana. Rapidamente os conceitos abstratos envolvendo espaço e tempo absolutos acabam perdendo seu valor. A linearidade nas explicações científicas é gradativamente substituída pelo interesse nas relações funcionais e na priorização dos procedimentos descritivos, característicos das formulações de Ernst Mach, cuja epistemologia rejeita por completo a metafísica e insiste no caráter histórico da filosofia da ciência.

No tempo do Círculo de Viena, a filosofia da ciência, em geral, desenvolveu algumas tendências e movimentos predominantes que podem ser agrupados em três arranjos filosóficos ou conceituais entre si avizinados: o neopositivismo, a interpretação metafísica e o racionalismo científico. Nomes como Wittgenstein, Carnap, Russell, Schlick representaram o neopositivismo ou o positivismo lógico, interessado em dividir as ciências em dois grandes ramos: as lógico-matemáticas e as experimentais. As primeiras se fundariam na construção e validação formal de proposições analíticas, destituídas de conteúdo factual; as demais, ao contrário, seriam empiricamente “verificáveis”, na acepção do positivismo lógico carnapiano, por exemplo, ou “falseáveis”, como veremos adiante, quando da elaboração do critério de distinção entre o que constitua ou não asserções científicas, por Karl Popper. Ou seja, são “científicas” as asserções em relação às quais é possível elaborar uma situação de teste, de modo que elas possam, em princípio, ser demonstradas falsas; não o sendo, permaneceriam validadas, mas não necessariamente verdadeiras, enquanto fosse esse o seu estado, assim como os seus enunciados.

De todo modo, para Popper, jamais se “provaria”, no mundo empírico-probabilístico, o caráter de “verdade” de uma asserção.

Esse modelo de ciência é atravessado por um racionalismo formal que rejeita um caminho direto para o empirismo e sugere que o controle das asserções científicas deve ser obtido de maneira indireta, com uma análise lógica tal como a popperiana sobre falsificabilidade de enunciados em relação aos acontecimentos da natureza. O critério popperiano estabelece que uma teoria pode ser considerada científica unicamente se satisfaz duas condições essenciais: ser falsificável e não ter sido ainda demonstrada falsa de fato. Assim, para Popper, o critério de demarcação entre teorias empíricas e não empíricas não é a verificabilidade, mas a falsificabilidade, de modo que a confirmação completa jamais pode ser obtida, enquanto a falsificação pode dar-se mediante apenas um caso contrário (é icônico o exemplo de Popper sobre cisnes, contrário à confirmabilidade e à indução: o fato de encontrarmos mil cisnes brancos não nos autoriza a concluir que todos os cisnes são brancos; de fato, basta encontrar um deles com outra coloração, e a crença baseada no número expressivo se esboroa).

Como já assinalamos (Carrara, 2003):

Do que se expôs, todavia, depreende-se que a discussão epistemológica é a questão mais central, o miolo da validação de teorias. Não é diferente na Psicologia: tudo o mais (técnicas, métodos, práticas) daí decorre. Ou seja, a filosofia de ciência subjacente, adotada como pressuposto de um determinado enfoque ou corrente, acaba se transformando, em suma, no conjunto primeiro de premissas sobre as quais se instalam todos os procedimentos práticos. No caso da Análise Experimental do Comportamento ou da Análise Aplicada do Comportamento, os pressupostos essenciais são os ditados pelo Behaviorismo Radical, sua filosofia de ciência. Não parece possível escrever sobre epistemologia sem, de algum modo, haver algum comprometimento com uma visão fragmentada, por vezes algo enviesada e distorcida de ciência. Não parece plausível escrever sobre características epistemológicas sem alguma contaminação propriamente epistemológica. Portanto, ao tentar fazer uma análise das proposições básicas do Behaviorismo Radical, é

certo tratar-se de lidar com vieses e com uma série de condições assumidas *a priori*. (p.52)

A lógica da seleção pelas consequências talvez esteja presente na maioria dos principais pressupostos (dez ou doze), com duas ressalvas: estes por vezes não se apresentam, em termos conceituais, de modo mutuamente excludente, ou seja, é possível encontrar características de um pressuposto necessariamente incorporadas a parte dos argumentos de um segundo pressuposto; ainda que tenhamos em momento anterior procurado fazer uma distinção entre pressupostos da filosofia de ciência behaviorista radical e princípios da Análise do Comportamento, é possível a incorporação, por ser tão usual e arraigada ao jargão comportamentalista, dos segundos aos primeiros, sem mesmo considerar que os segundos derivam dos resultados empiricamente controlados obtidos e os primeiros constituem propriamente as condições *a priori* adotadas para a interpretação dos dados que geram princípios. Um exame, mesmo que breve, dessas características epistemológicas essenciais talvez ajude a esclarecer algumas questões relevantes.

Uma primeira observação importante diz respeito à própria designação “radical”. Muitas vezes, inclusive na literatura conhecida, esse termo é usado significando certa intransigência do Behaviorismo com relação a qualquer outra corrente ou ponto de vista dele divergente. Recuperando os escritos de Skinner, tudo indica, todavia, que o termo sinaliza dois interesses específicos da abordagem: de um lado, sugere a negação da existência de qualquer evento, fenômeno ou variável que escape, no limite, a algum referente físico que não tenha existência identificável no espaço e no tempo (mente, consciência, cognição, nas acepções comuns em que são usadas essas palavras, por exemplo) e que seja empregado como causa de qualquer comportamento; de outro lado, aponta o nexos com a ideia de raiz, ou seja, de que o comportamento é a via priorizada de acesso à compreensão da natureza humana (para uma compreensão detalhada dos fundamentos e das características his-

tóricas do uso de “radical” associado ao Behaviorismo, ver Carrara; Strapasson, 2014).

Há, além disso, certa confusão na literatura quando, por vezes, sugere-se que o Behaviorismo Radical, ao apontar como característica a ideia de comportamento enquanto expressão inequívoca da natureza humana, estaria buscando uma sinonimização com a física social comtiana e mesmo durkheimiana. Estas, de modo similar, propunham um naturalismo positivista que acatava supostas “verdades sociais” da natureza humana, como uma “indispensável concentração de riquezas entre os chefes industriais” ou o fato já citado de que “os proletários reconhecerão, sob o impulso feminino, as vantagens da submissão a uma digna responsabilidade”. Não caracteriza pressuposto do Behaviorismo a existência de qualquer situação social imutável, sem dúvida. Seria exatamente um pensamento oposto à própria natureza do objeto de estudo da Análise do Comportamento: as interações entre organismo e ambiente.

Em relação a esse aspecto, o Behaviorismo, ao contrário do que comumente se encontra na literatura crítica, é uma abordagem interativa. O que frequentemente se lê é que o Behaviorismo Radical considera o ser humano passivo, sujeito aos caprichos da natureza. Trata-se da tese do ambientalismo extremado, pela qual o homem ficaria à mercê das ocorrências do ambiente, a ele adaptando-se e por ele sendo modelado passivamente. O Behaviorismo não cede nem a essa corrente, nem, inversamente, à tese do ser humano ativo, cuja intencionalidade e cujos objetivos motivam o comportamento. Seu pressuposto, nesse sentido, é de interatividade, representada pelo paradigma da contingência de três termos, em que necessariamente o comportamento é afetado pelo contexto antecedente e pelas consequências que produz no ambiente.

Como escreve Skinner já nas primeiras linhas de *O comportamento verbal* (1957): “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação”. Portanto, a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical não consideram o homem um ser passivo. Ele não é apenas parte do cenário, mas ator que tem papel decisivo na cena e interage com os

eventos físicos, químicos, biológicos e sociais³ presentes nesse cenário. Trata-se, portanto, de uma ciência que busca haver-se, mais do que com o próprio comportamento, com suas características funcionais, com o comportar-se dentro de determinado contexto.

Se não um pressuposto, ao menos outro traço característico do Behaviorismo Radical é sua consideração sobre a continuidade entre as espécies. Há uma aposta na evolução filogenética e, em consequência, na evolução das espécies. Evidentemente, é enorme a distância entre o homem e as demais espécies, no que se refere àquilo de que ele é capaz, em termos de variabilidade e complexidade do comportamento, o que sinaliza uma diferença qualitativa, propriamente. Tal diferença, ao assumir ares qualitativos, dá margem a que pensemos no homem como absolutamente diferente e, por vezes, superior, tanto que o encontramos comumente referido numa relação de contraposição aos outros animais “inferiores”. Nesse sentido, necessitaríamos de uma ciência específica para estudá-lo.

Atualmente, o volume de pesquisas com seres humanos é tão amplo quanto com outros animais, mas nem por isso os resultados têm mostrado conflitos conceituais, no que diz respeito a princípios comportamentais “para” humanos, com o que frequentemente se encontrou em outras espécies. Como em outras ciências, além disso, empecilhos de natureza ética são evitados, mediante a experimentação com outras espécies, antes que seja feita com seres humanos (embora outros obstáculos sejam criados, no contexto da legislação sobre pesquisa com animais).

Um aspecto a que Skinner opõe-se diretamente diz respeito ao conceito de validação e precisão de princípios e resultados de inves-

3 Note-se que, embora os termos “físico”, “químico”, “biológico” e “social” apareçam aqui como vulgarmente ocorrem, sugerindo abrangência e complexidade imensuráveis à natureza das ações humanas, cada qual possui uma especificidade conceitual que não discutiremos neste livro. Por exemplo, argumentos são comumente encontrados no sentido da redução de todos os demais, inclusive o “social”, ao “físico”. É evidente que muitas implicações decorrem desse tipo de exercício reflexivo, questão da qual não nos ocuparemos com a verticalidade que tal questão comportaria.

tigações científicas baseadas no consenso, ou seja, a partir do acordo entre observadores. Busca evitar a possibilidade de que o cunho corporativo característico de outros empreendimentos esteja presente no fazer científico. Assim, prefere a validação de conceitos e princípios pela via de sua funcionalidade efetiva, refletindo uma influência pragmatista clara: a avaliação da pertinência prática de procedimentos, em contrapartida ao consenso fortemente influenciado pela lógica do operacionismo e pela filosofia do empirismo lógico.

Nessa perspectiva, sob os auspícios de Charles Peirce e William James, o pragmatismo influenciou John Dewey e, depois, filósofos como Willard Van Orman Quine, Hilary Putnan e Richard Rorty. Na sua forma clássica, o pragmatismo do *successful working*,⁴ vertido para a interpretação epistemológica ou gnoseológica da ciência, pretende que a verdade de uma proposição seja medida pela sua correspondência com os resultados experimentais e pelas suas consequências práticas. O pragmatismo de natureza ético-política tem sido alvo de constantes ataques, em especial por se julgar que excluiria o recurso a reflexões teóricas ou valorações baseadas nos princípios do livre-arbítrio. O cuidado que se deve ter, naturalmente, é no sentido de cuidar para que tal pragmatismo não se transforme em utilitarismo fácil a serviço de qualquer empreitada, daí a necessidade de também estudar de modo consistente as variáveis que controlam o comportamento do próprio cientista.

Para os nossos propósitos neste livro, importa, para além de saber que há “coisas” no mundo do comportamento (estruturalmente físicas ou conceituais), que o fundamento para sua compreensão repousa em conhecer como os acontecimentos corporais se relacionam com o ambiente, ou seja, qual o nexos entre contexto antecedente, comportamento e suas consequências ambientais. O que há de pragmático nisso reside apenas na identificação da funcionalidade de

4 *Successful working*, embora ideia central da filosofia pragmatista, constitui condição importante para Skinner como critério de avaliação da aceitabilidade de resultados de pesquisa e aplicação. Nesse sentido, implica um “trabalho bem sucedido” em função do efetivo funcionamento de suas consequências, sejam teóricas ou aplicadas.

cada variante dentre respostas possíveis, classes de respostas, comportamentos individuais, práticas culturais. A descrição criteriosa de tal funcionalidade é que proporciona a possibilidade de manter ou rearranjar as contingências constituintes do entorno humano.

É igualmente importante considerar outra característica do Behaviorismo skinneriano: a prevalência (não unânime) do monismo fisicalista. Skinner sempre rejeitou qualquer dualismo, entendendo que do ambiente ao comportamento, das variáveis antecedentes à variável dependente, todos os fatos se passam em apenas uma espécie material de mundo, de natureza física. Esse preceito, evidentemente, evita a inserção de causas intermediárias, como o fazem algumas vertentes cognitivistas. Tal afirmativa não significa dizer que Skinner opta pelo paradigma da caixa preta, ou seja, que vá ao limite extremo e inconcebível de excluir o cérebro ou tudo que acontece nele, e em outras partes do corpo, num episódio de observação das relações entre um organismo e seu contexto ambiental. O que ocorre é que Skinner considera possível a construção de um enfoque consistente mediante a observação dessas duas “pontas”, duas extremidades do fenômeno, sem descartar os grandes esforços da Biologia para compreender, ao longo dos seus avanços tecnológicos, o que se passa em termos neurológicos e fisiológicos dentro do organismo, sobretudo no cérebro.

Do monismo fisicalista decorre um compromisso epistemológico de Skinner com a rejeição a alguns tipos de teorias. Aliás, essa sua decisão provocou críticas diversas na literatura, que taxaram-no de “ateórico” e “antiteórico”, como se fosse avesso a qualquer tipo de conjectura em ciência, por conta de ater-se demasiadamente aos dados experimentais. No seu artigo de 1950, ele tenta desfazer esse engano, mostrando que, embora seja verdadeira a priorização dos dados experimentais em relação às conjecturas, destas não se pode prescindir em hipótese alguma, mesmo porque cada ida ao laboratório é precedida ou investida de um conjunto de conceitos, ideias, hipóteses informais. Na verdade, são duas as respostas dadas por Skinner à questão: “teorias são necessárias?” (Carrara, 1994): 1) sim, quando se trata da expressão de relações uniformes, com a

representação de dados reduzida a um número mínimo de termos; 2) não, quando se pretende a explicação de um fenômeno com apelo a ações que ocorrem em outro lugar, em outro nível de observação, e que sejam medidas conforme outras dimensões que não aquelas derivadas da própria situação e do comportamento envolvidos. O próprio Skinner explicita, em entrevista a Evans (1968):

Eu tenho sido chamado de antiteórico, provavelmente por causa do artigo que escrevi, intitulado *Are theories of learning necessary?* [São necessárias as teorias da aprendizagem?], no qual tentei definir cuidadosamente o que eu entendia por teoria. Eu a defini com ênfase na explicação do comportamento em termos de fatores de outra dimensão, tais como a mente ou o sistema nervoso. Teorias desse tipo eu não acredito serem essenciais ou trazerem ajuda. Ao contrário, são perigosas, causam vários tipos de problema. Mas eu vejo a elaboração de uma teoria geral do comportamento, com a reunião de um grande número de fatos, como uma coisa possível no futuro. Essa espécie de teoria eu estou muito interessado em promover e me considero, nesse sentido, um teorizador. (p.88)

Skinner, todavia, não previu quantos desencontros seu artigo e suas declarações, apesar de sua clareza, ainda provocariam. A ideia de que ele rejeitava a teorização, por parte da maioria dos não analistas, foi tomada ao “pé da letra”, de modo a se julgar pretensiosa sua abordagem que, em tese, sugeria uma “física do pensar”. Também foi interpretado incorretamente por alguns analistas do comportamento, no sentido de que a pesquisa é o que vale (sobretudo a pesquisa básica), pouco interessando ou contribuindo de modo limitado qualquer trabalho de investigação teórica. Entretanto, essa posição, pela qual quem faz avançar o conhecimento científico é apenas o pesquisador, não o filósofo da ciência ou o epistemólogo, acabou completamente desacreditada, uma vez que em desacordo frontal com a própria concepção do Behaviorismo Radical enquanto filosofia de ciência da Análise Experimental do Comportamento. Ou seja, alguns pressupostos são sempre necessários, em

qualquer fazer científico, uma vez que é sobre eles que se organiza um sistema compreensível de dados dos fenômenos da natureza.

Há, dentre os pressupostos do Behaviorismo Radical, outra característica fundamental, que é uma visível rejeição ao mentalismo. Skinner sempre manifestou que entendia as explicações mentalistas como referentes a outro estofo, que não o físico, a partir do qual ou no qual se insere o comportamento (cf. Skinner, 1950; Carrara, 1994). Sendo monista fisicalista, rejeita a ideia de que eventos mentais “causem” eventos comportamentais. Com isso, Skinner quer dirigir a atenção para os perigos de as explicações mentalistas refletirem uma explicação que acaba remetendo ao conceito de homem autônomo, pois, para explicar o comportamento, apela-se a uma espécie de homúnculo dentro do próprio homem, o que remete a uma cadeia retroativa interminável de causas intermediárias: um homúnculo “b” para explicar o primeiro e assim por diante.

Há, portanto, uma rejeição ao conceito de mente, especialmente quando esta não remete a cérebro. Invariavelmente reporta-se a um evento não natural, uma espécie de ficção explanatória que autoriza sugerir outros verbetes “causais”, como “ego”, “livre-arbítrio”, “cognição”, “vontade”, “desejo”. Skinner não rejeita esses termos em si, portanto, mas seu uso como eventos causais ou iniciadores do comportamento, e pensa que são controlados pelos mesmos tipos de variáveis que controlam qualquer comportamento, público ou privado. É clássico o exemplo do traço de agressividade: ao se perguntar: “por que essa pessoa é agressiva?”, a resposta pronta é algo como: “porque se comporta agressivamente”; em contrapartida, se a pergunta se inverte: “por que tal pessoa se comporta agressivamente?”, invariavelmente a resposta é: “porque é agressiva”. Guardadas as devidas proporções, é essa circularidade que acaba acontecendo quando se apela a constructos hipotéticos de outra natureza que não a natureza dos eventos cuja causa deve ser explicada (comportamento).

Mesmo a técnica introspeccionista rudimentar, muito antes das relevantes contribuições do cognitivismo, exemplifica essa circularidade. Nem todas as variantes cognitivistas procedem do mesmo

modo, mas, na acepção mais ingênua desse modelo de investigação, a causalidade é conjecturada a partir de três instâncias: a recepção de impressões do mundo por um indivíduo passivo; a fixação dessas impressões em sua mente ou outro constructo ou estrutura cognitiva ou mental, constituindo sua consciência; a consciência como agente responsável ou que constitui o local onde ocorrem os processos responsáveis pelas nossas ações, explicando suas causas.

A superação do obstáculo da postulação de eventos mentais a intermediar as relações entre comportamento e ambiente está a caminho por outra via, para além das argumentações lógicas. Evidentemente, muitos anos e muita pesquisa ainda serão necessários para que a investigação dos mecanismos neuronais de seleção pelas consequências seja tecnologicamente passível de descrição, mas exemplos interessantes já são apresentados na literatura. Como explicita Galvão (1999), a Análise Experimental do Comportamento dispõe de vários dados que se contrapõem a concepções teóricas como a da localização da memória em proteínas e corpos celulares, substituindo-as pela ideia de redes neuronais (de mais visível funcionalidade, portanto), em que as sinapses assumem papel central.

Nesse sentido, a abordagem biocomportamental, para o autor, tem representado uma sinalização da evolução das teorias científicas, o que implica, sistematicamente, uma superação de dicotomias. Não é consensual a avaliação do avanço científico nessa área. Para Catania (1999): “a neurociência tem dado apenas uma atenção limitada aos mecanismos de seleção ontogenética” (p.378). Entretanto, retomando, no caso citado por Galvão, a “teoria do reforço”, baseada na díade operante–respondente, as relações entre Análise Experimental do Comportamento e processos neurofisiológicos são revistas com êxito pela abordagem biocomportamental, fundada no princípio unificado do reforçamento, proposto a partir da “interpretação de evidências experimentais bioquímicas, anatômicas e fisiológicas de que o reforçamento envolve o aumento da eficácia sináptica e a formação de redes neurais correspondentes ao fortalecimento das relações ambiente–comportamento” (p.49).

Algumas confusões conceituais se estabelecem amiúde no campo epistemológico. Uma delas é a já mencionada ideia de que o Behaviorismo Radical prescinde dos eventos privados. De certo modo, essa é uma característica do Behaviorismo Metodológico, embora talvez seja raro encontrar na atualidade, senão metaforicamente, um declarado behaviorista metodológico. Skinner frisa, em vários momentos, que não se deve entender que haja qualquer descuido ou desinteresse pela questão dos eventos privados. Reitera que público e privado não equivalem necessariamente a observável e não observável, nem a objetivo e subjetivo, muito menos a real e fictício. A distinção entre público e privado é uma distinção de fronteiras, não de natureza. Nesse sentido, todos os eventos comportamentais e o contexto a eles articulado são de natureza física. Skinner mantém, por outro lado, uma visão molar do comportamento, em contraposição a uma visão molecular. Isso significa que é preciso compreender o comportamento como um todo, o que necessariamente inclui: “no seu contexto”.

É apenas instrumental o uso explicativo de uma resposta que passa a ter a sua probabilidade de ocorrência controlada pelas consequências que produz. Na verdade, a Análise Experimental do Comportamento estará sempre tratando de classes de respostas e de um conjunto de variáveis entrelaçadas que é responsável pela ocorrência de comportamentos. Apenas de maneira simbólica ou didática é possível falar em uma resposta particular diante de um estímulo discriminativo, produzindo uma consequência específica. O comportamento está sempre organizado numa rede de relações, num encadeamento infinito, do qual se faz um corte toda vez que se pretende esmiuçar uma explicação da lógica funcional.

Mesmo alguns behavioristas às vezes se enganam com a ideia de ambiente fragmentário, por vezes lidando com consequências minimizadas, esquecendo que nosso objetivo final é trabalhar com um ambiente integral, um contexto complexo que abrigue a conjugação de variáveis interdependentes, embora instrumentalmente necessitemos trabalhar com uma análise que selecione episódios interativos entre organismo e ambiente. Como explica Skinner, o comporta-

mento (e, no mesmo sentido, sua extensão, as práticas culturais) não é uma “coisa”, mas um fluxo contínuo e evanescente de parte das atividades do organismo. Seria impraticável observá-lo com precisão descritiva e ao mesmo tempo com precisão do seu “movimento”, enquanto fluxo contínuo. Metaforicamente, estaríamos próximos, no âmbito de uma microesfera explicativa, do que ocorre com as partículas elementares na Física e que dificulta a observação, a um só tempo, de tais partículas *qua* partículas e enquanto ondas. Daí a adoção da análise funcional de uma unidade que permite mensuração – respostas nas suas alterações e nas modificações que produzem no ambiente – para, na sequêcia, tornar-se possível nosso trabalho de síntese, reunindo recorrentes episódios e caminhando em direção a uma compreensão contextualizada dos efeitos produzidos e recebidos pelo comportamento num cenário específico. Assim, a partir da pesquisa empírica, se constroem os princípios comportamentais mencionados, em contraposição aos pressupostos.

Com Chiesa (1994), o sistema explicativo do Behaviorismo Radical focaliza “as relações entre a pessoa (ou outros organismos) se comportando, as condições do ambiente onde o comportamento ocorre e as suas conseqüências: o comportamento em seu contexto” (p.189). Nesse Behaviorismo, as pessoas seriam compreendidas como todos indivisíveis, atuando no ambiente e com ele, mudando e sendo mudadas pelo contexto e pelas conseqüências do seu comportamento. Mais especialmente compatível com nosso argumento central neste livro:

Os dados a serem explicados, o objeto de estudo da ciência do comportamento de Skinner, não são músculos crispados ou presões à barra; são as **relações** entre o comportamento e o mundo no qual os organismos estão engajados – o comportamento e o contexto no qual ele ocorre. (Chiesa, 1994, p.133; destaque nosso)

A ideia de contexto, embora tenha mais recentemente sido remetida à obra de Pepper (1942), personifica-se no Behaviorismo Radical via Skinner, na sua concepção de ambiente, com especial

atenção para as múltiplas variáveis que compõem o ambiente antecedente. Ela está inexoravelmente articulada com a concepção de causalidade (como vimos, representada pelo conceito de relações funcionais).

A literatura tem revelado inúmeros equívocos conceituais. Um deles, retomado tanto por Chiesa quanto por Morris, refere-se à metáfora do pensamento mecanicista. Ao entender, erroneamente, que o Behaviorismo skinneriano é uma “psicologia estímulo–resposta”, de paradigma E–R, a crítica tem associado essa concepção a uma visão mecanicista de homem, pela qual se faria uma interpretação equivocada de causalidade, isto é, o Behaviorismo Radical defenderia que a cada alteração de uma “peça” da “máquina” corresponderia uma mudança no seu funcionamento geral. Da mesma maneira, o suposto “conserto” da peça quebrada corresponderia a uma volta à normalidade. Nada mais equivocado. O paradigma do Behaviorismo Radical não é E–R, mas ...R–Er, e nele as respostas ocorrem num contexto composto por estímulos discriminativos, operações estabelecedoras ou quaisquer outros arranjos das múltiplas configurações de condições antecedentes possíveis. R corresponde à resposta sob análise, e Er, a um evento consequente, nesse exemplo específico, um estímulo reforçador condicionado. Nesse paradigma, diante de um contexto ambiental especificado (... na fórmula) as respostas são seguidas de acontecimentos cujo efeito é genérico para uma classe de respostas, mediante um processo de seleção pelas consequências.

Note-se que é essa a análise que leva à busca de compatibilidade do comportamentalismo com o instrumento conceitual do contextualismo, no âmbito das metáforas cosmogônicas de S. C. Pepper (1942). O Behaviorismo Radical, portanto, faz uso de pressupostos e notabiliza-se por características complementares peculiares, que alimentam e são alimentadas pela Análise Experimental do Comportamento, sua ciência básica.

Nesse cenário de pressupostos, características e princípios, este livro não desconsidera a existência de uma série de polêmicas que configuram o entorno behaviorista, assim como não pode deixar de

enfrentar diretamente a questão espinhosa da neutralidade científica. O mito da neutralidade tem sido objeto de inúmeras discussões. De um lado, há argumentos em favor da ideia de que a ciência é necessariamente neutra; de outro, aqueles que defendem um comprometimento inequívoco e intransponível da figura humana idiosincrática do cientista na sua relação com a interpretação dos seus dados de pesquisa.

Um problema que avança e extrapola a própria interpretação “pura” ou “impura” dos dados diz respeito ao compromisso ético-social do cientista. O problema dessa discussão, via de regra, parece estar na maneira genérica como é tratada: a ciência é ou não comprometida socialmente? Entretanto, a questão precisa ser esmiuçada, em função de sua complexidade. Preliminarmente, é importante examinar em separado o resultado tecnológico, o produto da pesquisa científica e o comportamento do cientista, ainda que sejam indissociáveis. Se tomado sem levar em conta a conduta do pesquisador, o produto científico, enquanto objeto, parece não estar necessariamente comprometido com finalidades sociais, políticas ou ideológicas. No entanto, como os produtos da ciência só fazem sentido se vinculados à sua significação no âmbito social, é imprescindível levar em consideração o comportamento de quem investiga, de modo que todo o fazer científico, bem como o próprio resultado desse fazer, guarda comprometimento irrenunciável com valores ético-morais. Não há ciência neutra nem quando se tenta examinar, sem sucesso, objetos, constructos e explicações, independentemente de sua “história fabril”.

Para vincular a questão dos pressupostos teóricos e as questões éticas, basta ponderar sobre a questão da teorização, já abordada neste texto e que envolvia a dicotomia teoria–antiteoria na concepção skinneriana. Fora de qualquer dúvida, não há como deixar de “teorizar” em ciência, ao minimizar tal ideia de teorização no sentido de que o cientista está, a todo instante, agindo sob a influência de várias cogitações. Embora ele deva sempre conduzir-se com absoluta isenção ética e metodológica, claro está que, desde o momento em que elabora o delineamento de pesquisa (ou certamente

antes, quando estuda a literatura de determinada área de interesse), está desenvolvendo, adotando e fazendo implicar no seu estudo, na sua investigação científica, nos seus procedimentos, direta ou indiretamente, certa influência teórica, conjectural, prática, ética, estética, moral. Enfim, de algum modo qualificada, adjetivada. De maneira que um lidar completamente asséptico, insípido e inodoro é acompanhado de uma probabilidade pragmática de ocorrência próxima de um zero absoluto.

Entretanto, o papel do cientista, embora ciente desses limites, é o de aproximar-se do conhecimento “isento”, embora saiba que é completamente inviável. Desenvolve métodos, estratégias e procedimentos os mais perspicazes para reduzir o mascaramento de seus dados por variáveis estranhas não controladas. Nessa intrigante e incongruente jornada, nem a saída extrema e ingênua de acreditar possível a busca de uma ciência pura e livre de influências, nem a ideia do que o cientista pode fazer para minimizar tal influência parecem constituir a alternativa definitiva a ser eleita e o que o melhor fazer científico recomendaria. De todo modo, o mundo da ciência está repleto de histórias de casos das quais emergiu a distorção de resultados em direção à “crença” do pesquisador, ou em favor de interesses de qualquer outra ordem.

Nada acontece de diferente com a Psicologia, nem com a Análise do Comportamento e com o Behaviorismo Radical. É certo que seu foco de contribuição deve ser o mais abrangente possível, permanecendo a serviço de todas as pessoas, de todas as idades, credos, condições econômicas, etnias e classes sociais. No entanto, essa isenção e esse descomprometimento da ciência do comportamento com qualquer grupo em particular enfrentam uma questão paradoxal: ao assim proceder, de acordo com ilusórios cânones de esquivar a conflitos de interesse, nada mais estará fazendo do que, de maneira contraditória, colocar-se a serviço da minoria privilegiada pelas melhores condições de acesso aos bens sociais, com frequência condicionados ao *status* socioeconômico da população. Tem sido à elite economicamente privilegiada que, de modo cumulativo, ocupa as principais cadeiras do poder político, que primeiro chegou os mais

recentes achados científicos. Quem deseja trabalhar comprometido com metas como bem-estar geral, igualdade e justiça social não pode ignorar tal constatação, como não pode deixar de haver-se com a questão crucial das finalidades da ciência. Conforme já mencionamos em outros escritos (Carrara, 2005):

Há que se redirecionar metas científicas, acrescentando à ciência do por quê? e do como? Uma ciência do para quê? e para quem? Isto é, embora seja fortemente controversa a tese da ciência socialmente comprometida, o fato de se tentar fazer uma ciência neutra não passaria de – contraditoriamente – torná-la instrumento provavelmente a serviço das classes dominantes. Mais precisamente, o que se espera, no mínimo, não da ciência, mas preliminarmente do seu produtor, o cientista, não é compromisso classista-corporativista, mas compromisso com a ideia de que a ciência só pode estar a serviço da equidade interpessoal. Se há algum compromisso admissível e desejável do cientista, este se refere ao seu vínculo ético em relação à procura de uma sociedade equânime e igualitária. Compromisso, nessa direção, não deve ser confundido com comprometimento. Aquele contextualiza e socializa o *locus* da descoberta. Este discrimina, circunstancia e individualiza o privilégio do dominar o saber. (p.298)

Evidentemente, na história da Análise do Comportamento já ocorreram distorções que mesclaram dimensões éticas e de procedimento. Como já afirmamos (Carrara, 2003):

[...] Sobretudo por essas razões é que o Behaviorismo tem sido confundido (e confunde-se ele próprio) com um paradigma intrinsecamente incapaz de servir aos objetivos da transformação social: na verdade, tal interpretação se deduz do *modus operandi* com que os derivativos behavioristas têm sido empregados. Confundir docilidade e obediência em sala de aula com progresso e desenvolvimento acadêmico (cf. Winnett & Winkler, 1972), confundir instalação de comportamentos que obedecem às regras institucionais em um

hospital psiquiátrico com comportamentos que se incompatibilizem com os sintomáticos dentro de um quadro sindrômico geral (cf. Ayllon & Azrin, 1968) e reduzir metas de desenvolvimento educacional a objetivos instrucionais desvinculados do contexto político e socioeconômico (cf. Popham, 1976; Popham & Baker, 1976) podem ser amostras de áreas diferentes que apontam situações clássicas de procura de uma eficiência descontextualizada do social. Infelizmente, o exemplário poderia ser mais amplo, embora existam valiosas tentativas que levam em conta o contexto mais abrangente do comportamento. (p.301)

Uma Psicologia científica, portanto, diante de um quadro de desigualdade social indiscutível hoje prevalente em grande parte do planeta, não pode mais omitir-se dos compromissos sociais mencionados por conta de um duvidoso ideal de neutralidade que retira das mãos do profissional pesquisador a responsabilidade com relação a proporcionar melhores condições de vida para a sociedade como um todo. Não se sugere que o cientista, em vista disso, deva apenas investigar aspectos da realidade para os quais sua pesquisa necessariamente tenha que trazer contribuições imediatas de solução. Mesmo o estudo de relações entre variáveis cujo benefício prático não seja iminente pode sinalizar com novas alternativas para o bem comum no longo prazo. Tendo escolhido qualquer problema de pesquisa, mesmo que à primeira vista apenas relevante cientificamente, e não socialmente, trata-se de o pesquisador manter o compromisso de contribuir, após a obtenção dos resultados, para disponibilizar às agências legítimas de representação política da população o conhecimento novo e que potencialmente possa ser usado em favor da consolidação da justiça social.

Essa postura exige o segundo ângulo de análise, o qual rejeita a concepção de neutralidade, que tem representado um constructo ficcional alinhado com o ideal de uma ciência acima de quaisquer outros empreendimentos mundanos, mais do que um traço compatível com o importante e intransferível papel dessa mesma ciência, ao lado da educação, da economia, da política (no melhor sentido

que esses termos possam ter) para a busca das melhores condições possíveis de vida para a população. Parece perfeitamente viável fazer avançar um empreendimento científico sem “cientificismo” autofágico a partir da Análise do Comportamento e de um Behaviorismo Radical comprometido com a disponibilização de instrumentos conceituais e práticas teóricas que permitam também, sobretudo por parte das populações desprotegidas e fragilizadas, o acesso a condições mais dignas de existência.

É evidente que condições de tal natureza implicam uma série de ações que não se tipificaram historicamente apenas pela mediação da Psicologia. Além da atuação desta, são necessárias ações no âmbito da política econômica, da política educacional, da ética política, das políticas públicas. No entanto, atentar para tais condições que compõem o contexto mais amplo no qual ocorre o comportamento, de modo cada vez mais sistemático e competente, parece constituir tarefa e desafio valioso e relevante. É nesse sentido, de um compromisso em assegurar o acesso mais direto e mais fácil dessa parcela da população ao uso de conhecimento consistentemente construído, que parece possível, sem ilusórias facilidades, vislumbrar a oportunidade de que a pesquisa na área aplicada se amplie cada vez mais para a compreensão e a mudança das condições de vida das pessoas que atualmente vivem dentro de contextos sociais altamente deletérios, sob variados aspectos.

Isto posto, cabe questionar, a partir de algum detalhamento de um incipiente behaviorismo contextualista humanista, quais contribuições pode oferecer para um encaminhamento das teses teóricas behavioristas na direção já especificada. Desde 1986, com o primeiro e emblemático texto de Glenn (ver também 1989, 2004) sobre o conceito de metacontingências como ferramenta de análise das relações sociais, em tese propostas na novela utópica *Walden Two* (1948), uma ênfase extraordinária passou a ser dada às pesquisas relacionadas a práticas culturais. Isso resultou na consolidação, nos dias atuais, de um ramo especial da Análise do Comportamento, a Análise Comportamental da Cultura, viés pelo qual este livro sugere novas reflexões do Behaviorismo Radical e sobre ele, além de suas

possíveis contribuições à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como já apontamos (Carrara, 2003), um primeiro conjunto de considerações, em continuação ao exame das proposições contextualistas, pode fornecer um ângulo melhor de compreensão do tema. Avaliar em que medida a Análise do Comportamento pode ou não ser chamada ou adjetivada como contextualista depende de como são concebidas as unidades teóricas utilizadas como instrumento de análise. Duas dessas unidades conceituais estão contidas na ideia de contexto e circunstância. Conforme já mencionamos (Carrara; Gonzalez, 1996):

A raiz latina de contexto remete, naturalmente, à representação de conjunto, de todo, de totalidade, de ligação entre partes. A etimologia de **circunstância** aponta para o caráter do particular, do único, da condição específica. Naturalmente, porque se trata aqui de uma análise epistemológica e não filológica, é suficiente para ficar claro que a ideia de contexto, na vertente psicológica, estará representando um conjunto de condições (quer sejam internas ou externas ao organismo, quer sejam condições físicas, químicas, biológicas ou sociais) sob as quais o comportamento acontece. Em contrapartida, a ideia de circunstância se fará acompanhar da representação de uma única condição, num sistema de vínculo linear em que se desconsidera a implicação de que o próprio modo de interligação entre condições influi no comportamento sob análise. Em outras palavras, a ideia de contexto, de todo, de conjunto de condições, indica um modo causal mais amplo e complexo do que a simples **soma** de circunstâncias isoladas. (p.207)

De fato, a contar pelos exemplos referidos, parte dos analistas do comportamento parece ter inadvertidamente contribuído para que pechas como as de positivista, mecanicista, reducionista ou atomista recaíssem sobre qualquer projeto que ousasse ampliar a objetividade científica em Psicologia. Isso se deu através da reificação de aparentes procedimentos assépticos de pesquisa e pela apa-

rente simplificação redutiva das condições sob as quais ocorrem os fenômenos comportamentais nas diversas situações do cotidiano.

As utopias são muitas ao longo da história. Walden (Thoureau, 1854), Walden II (Skinner, 1948) e Walden III (Ardila, 1979) foram algumas delas, todas muito polêmicas, como, de resto, qualquer utopia. Como aponta Baum (1999):

A maior objeção é aquela de que um planejamento cultural conduzirá à ditadura. As ditaduras, porém, dependem de práticas de coerção ou exploração, relações essas que são inerentemente estáveis. Uma sociedade em experimentação que vise à felicidade das pessoas dificilmente poderá ser ditatorial, porque as pessoas só ficam felizes quando seu comportamento é positivamente reforçado e quando estão livres de relações coercitivas e exploradoras. (p.284)

No presente caso, o que fundamentalmente move os incipientes (e insipientes) escritos aqui apresentados é a possibilidade de que o aprimoramento das descobertas behavioristas radicais possa constituir, com eficiência, contribuição para o planejamento e a viabilização de uma sociedade mais igualitária, com distribuição mais justa de renda e de oportunidades, com um procedimento ético mantido por contingências funcionais e efetivamente aplicáveis, com uma convivência não predatória entre membros da sociedade e desta com o ambiente em geral. Embora essa seja uma aspiração genérica e que depende de todos os demais setores da ciência, certamente há um papel relevante para o comportamentalismo de modo geral, talvez representado por uma espécie de Behaviorismo Radical contextualista humanista, que desempenhe um papel novo e relevante para a construção da verdadeira cidadania.

Em última análise, e em alguma medida, parece que o comportamento do cientista – caso ele seja um digno exemplar de sua espécie, que avança no conteúdo de suas análises, nas preocupações éticas, na busca do altruísmo e no contentamento com uma vida simples conforme se desenvolve seu período de vida ontogênico – é tempera-

do por alguma perspectiva de reforço de longo prazo, representada, talvez, por alguma consequência que reflita uma mescla de inúmeras outras variáveis que fizeram parte de sua experiência anterior. Não há um compromisso com o fato de que suas conjecturas se concretizem tal como pensadas ou planejadas, mas há uma aposta na probabilidade de ocorrência de outros comportamentos, por parte de novos pesquisadores, dispostos e interessados em levar a ciência a missões mais ousadas e comprometidas com algum bom conceito (ainda a ser definitivamente formulado) de felicidade humana.

Como esclarecemos, uma Análise Comportamental da Cultura parece constituir-se como uma via, em franco desenvolvimento, como se pode constatar na literatura científica, para o planejamento de práticas culturais sustentáveis, que garantam de maneira efetiva a possibilidade de convivermos de modo parcimonioso com o ambiente físico e social de que ainda dispomos. As estratégias de pesquisa e intervenção, as pendências ético-morais inerentes aos delineamentos e a análise conjuntural para tais ações têm caminhado, nos últimos vinte anos, para uma reconhecida consolidação na literatura da área. Os interessados em fazer avançar essa possibilidade dispõem de leituras importantes, dentre as quais sugerem-se as que se seguem, que tratam de distintos aspectos vinculantes da Análise Comportamental a questões socioculturais: Holland (1978), Biglan (1988), Hayes (1988), Morris (1988), Guerin (1992), Moroz (1993), Morris (1993), Andery (1993), Carvalho Neto (2001), Zufiff (2002), Ortega e Romero (2004), Dittrich (2004), Todorov e Moreira (2004), Malott (2004), Melo (2004), Sandaker (2006), Castro (2007), Gusso e Kubo (2007), Carrara (2008), Dittrich (2008), Botomé (2010), Escobar (2012), Melo e De Rose (2012), Lopes, Laurenti e Abib (2012), Leugi (2012), Todorov (2013).

Adicionalmente, a seleção pelas consequências percorre toda a literatura da Análise do Comportamento, como um princípio paradigmático já corroborado por milhares de resultados empíricos com as mais variadas espécies de organismos. Não é, portanto, nem o modelo de delineamento de sujeito único ($n = 1$), nem o controle

de variáveis estranhas nas situações experimentais, nem qualquer outra circunstância particular que constitui o fundamento central e primeiro da Análise do Comportamento, e sim o princípio da seleção pelas consequências. De modo que a identificação, descrição, compreensão, explicação das atividades dos organismos vivos e da espécie humana, em particular, não se dão pela procura de “coisas”, entidades abstratas, estruturas biológicas ou conceituais que possam “causar” ou explicar tais atividades, mas apenas pela identificação de interações entre organismo e ambiente, devidamente descritas em termos de suas relações. Efetivamente, a Análise do Comportamento não é uma ciência das coisas, mas uma ciência das relações. E essa é a possibilidade única da ciência (incluindo a Psicologia) para compreender o mundo. Concretamente, há coisas. Mas, para compreendê-las, é imprescindível descrevê-las nas suas relações e pelas suas relações.